

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.569.421 - RS (2019/0255056-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**AGRAVANTE** : A P D  
**ADVOGADOS** : JOÃO DANIEL ALFLEN - RS019903  
ADRIANO MARCELO RAMBO - RS053219  
LUÍZA STOFFEL - RS097674  
**AGRAVADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO  
SUL

**DECISÃO**

Trata-se de agravo regimental interposto por A. P. D. contra decisão monocrática, da lavra do Ministro Presidente, João Otávio de Noronha, que não conheceu do agravo em recurso especial.

O agravante afirma que o agravo em recurso especial não foi conhecido em virtude de não se ter impugnado um dos fundamentos da decisão de admissibilidade, que consiste em não conhecer do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida (enunciado n. 83 da Súmula do STJ). Contudo, esclarece que "restou impugnada especificamente a Súmula 83/STJ, cujo fundamentos foram apresentados no item “d) Da inaplicabilidade da Súmula 83 do Superior Tribunal de Justiça”, conforme (e-STJ fl. 352)" (e-STJ fl. 371), como reforço argumentativo.

Pugna, assim, pelo provimento do agravo regimental, para que seja conhecido o agravo em recurso especial.

É o relatório. **Decido.**

Diante da argumentação apresentada pelo agravante, considero ser o caso de reconsiderar a decisão da Presidência, para conhecer do agravo em recurso especial, motivo pelo qual passo ao exame do recurso.

Consta nos autos que o agravante foi condenado como incurso nas sanções do art. 217-A, *caput*, e do art. 129, § 9º, ambos do CP, à pena de 13 anos, 3 meses de reclusão, além de 3 meses de detenção, em regime fechado. Irresignada, a defesa interpôs recurso de apelação pugnando a absolvição com

fundamento na fragilidade probatória ou, ainda, pelo fato de não constituir infração penal. Subsidiariamente, postulou a desclassificação do crime de estupro para a forma tentada, bem como pugnou pelo reconhecimento da agravante prevista no artigo 65, inciso I, do Código Penal e a fixação da pena-base no patamar mínimo.

O Tribunal *a quo* deu parcial provimento ao recurso para reconhecer a incidência da atenuante prevista no artigo 65, inciso I, do Código Penal e redimensionar a pena imposta, em relação ao crime de estupro de vulnerável, para 12 anos e 06 meses de reclusão, bem como declarar a extinção da punibilidade do réu, quanto ao crime de lesões corporais, pelo pronunciamento da prescrição da pretensão punitiva, conforme os termos da seguinte ementa (e-STJ fls. 206/207):

*APELAÇÃO. CRIME CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. LESÃO CORPORAL NO ÂMBITO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. CONDENAÇÃO MANTIDA. PROVA SUFICIENTE. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. MANUTENÇÃO DO DECRETO CONDENATÓRIO. As provas existentes no caderno processual são suficientes para o julgamento de procedência do pedido condenatório deduzido na denúncia. Materialidade e autoria suficientemente demonstradas pela prova produzida. Depoimentos seguros e coerentes das vítimas, na fase de investigação e em juízo, a respeito das circunstâncias em que ocorreram os crimes de estupro de vulnerável e de lesões corporais, este último aliado ao auto de exame de corpo de delito.*

*- PALAVRA DA VÍTIMA. VALOR PROBANTE. O depoimento da vítima adquire extraordinário valor probatório em se tratando de crimes contra a liberdade sexual. Conforme tranquilo entendimento da jurisprudência pátria, a "palavra da vítima, em sede de crime de estupro ou atentado violento ao pudor, em regra, é elemento de convicção de alta importância, levando-se em conta que estes crimes, geralmente, não há testemunhas ou deixam vestígios" (HC 135.972/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 03/11/2009, DJe 07/12/2009).*

*- ESTUPRO DE VULNERÁVEL. TENTATIVA.*

*IMPOSSIBILIDADE. A satisfação sexual do réu a partir dos atos praticados, de fato, evidencia a consumação delitiva. Nada*

*indica, no contexto probatório, quisesse ter ido além dos atos que praticou por circunstâncias alheias à sua vontade de ir adiante, pelo que inviável o reconhecimento da tentativa. Ausência de ofensa aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.*

*- DOSIMETRIA DA PENA. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. A pena-base foi reduzida para 08 (oito) anos e 08 (oito) meses de reclusão. Afastado o desvalor conferido à culpabilidade do agente. Reconhecida a atenuante prevista no artigo 65, inciso I, do Código Penal. Pena provisória reduzida para 08 (oito) anos e 04 (quatro) meses de reclusão. Pela majorante do artigo 226, inciso II, do Código Penal, a reprimenda foi aumentada em metade. Pena definitiva em 12 (doze) anos e 06 (seis) meses de reclusão. Regime fechado.*

*- LESÕES CORPORAIS. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. Quanto ao segundo fato da denúncia, foi imposta a pena privativa de liberdade de 03 (três) meses de reclusão. O prazo prescricional aplicável é de 03 (três) anos, conforme previsão do art. 109, inc. V, combinado com art. 110, §1º e art. 119, todos do Código Penal. O prazo prescricional aplicável à hipótese é de 03 (três) anos, consoante art. 109, inc. VI, do CP, que foi reduzido pela metade uma vez que o réu possuía mais que 70 anos à época da sentença (art. 115, CP). Transcurso do lapso temporal entre a data de publicação da sentença condenatória (07.01.2015) e a presente data. Extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva pela pena concretizada na sentença, consoante arts. 107, inc. IV, 109, inc. VI, 110, §1º, 114, inc. II, 115 e 119, todos do Código Penal.*

*- CUSTAS PROCESSUAIS. O réu foi assistido durante todo o processo por defensor constituído. Ausência de comprovação de debilidade financeira. Incabível, portanto, a suspensão da exigibilidade das custas processuais pela concessão do benefício da assistência judiciária gratuita.*

*- EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA. Adesão ao entendimento assentado pelo plenário do STF no julgamento do HC 126.292/SP. Possibilidade de se executar provisoriamente a pena confirmada por esta segunda instância, sem ofensa ao princípio constitucional da presunção da inocência. Determinada a execução provisória da pena.*

*Apelo parcialmente provido. Declarada extinta a punibilidade, quanto ao crime de lesões corporais, pela prescrição.*

Opostos embargos de declaração pela defesa, esses foram desacolhidos, conforme a ementa transcrita abaixo (e-STJ fl. 251):

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. APELAÇÃO. CRIME CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. INEXISTÊNCIA DE AMBIGUIDADE, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO.*

*Os embargos de declaração não merecem acolhimento, pois inexistente qualquer omissão a ser suprida, contradição a ser sanada e obscuridade ou ambiguidade a ser aclarada, consoante o disposto no artigo 619 do Código de Processo Penal. Não verificado o vício alegado.*

*Nítida pretensão de revisão do julgado. Os embargos de declaração não se prestam à correção de erro de julgamento. Embora se reconheça aos embargos de declaração a finalidade de prequestionamento para fins de interposição dos recursos especial ou extraordinário, é imprescindível a configuração de um dos seus pressupostos específicos de cabimento para que o recurso seja acolhido, o que não se denota na espécie.*

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESACOLHIDOS.*

Nas razões do presente apelo nobre, o agravante alega violação dos artigos 386, inciso VII, e 619, ambos do CPP, sustentando que "a prova produzida mostrou-se insuficiente para embasar, com a certeza necessária, um veredicto condenatório (...)"(e-STJ fl. 267). Alega, ainda, que houve omissão "já que o Tribunal *a quo* não apreciou as arguições postas nos autos (...)"(e-STJ fl. 267)

Aponta, que "restou omissa a decisão ora combatida, eis que o ora Recorrente demonstrou elementos e razões suficiente para que a mãe de uma das vítimas e sua filha lhe imputassem falsamente a prática de tão graves crimes ao acusado, ora Recorrente."(e-STJ fl. 268)

Aduz, que "está bem evidenciada a omissão apontada. A nulidade do acórdão é a medida que se impõe, para que se vejam apreciadas as arguições aduzidas pelo Recorrente para prequestionamento. Assim, há de ser declarada a nulidade do acórdão, porque não foi debatida pelo colegiado a afronta aos

dispositivos indicados pelo recorrente." (e-STJ fl. 273).

Sustenta que "se ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória, como dispõe o inciso LVII do art. 5º da CF, é de rigor que, em caso de dúvida, a decisão seja dada em prol do acusado, pois um juízo condenatório deve ser baseado em um lastro mínimo de certeza." (e-STJ fl. 274).

Alega que "mostra-se frágil a prova no que tange à conduta criminosa por parte do acusado, constituída unicamente pela palavra das supostas vítimas, cujo relato sozinho, não autoriza um veredicto condenatório. O processo penal não autoriza conclusões condenatórias baseadas em suposições ou indícios. A prova deve estar clara, escorreita e sem qualquer dúvida a respeito da autoria do delito para ensejar sentença condenatória." (e-STJ fl. 280)

Requer o provimento do recurso especial para seja decretada a nulidade por omissão e, por conseguinte, a absolvição por falta de provas.

Apresentadas as contrarrazões, (e-STJ fls. 294/302), o recurso foi inadmitido, alegando o Tribunal *a quo* por encontrar óbice nos enunciados n. 7 e 83 da Súmula do STJ (e-STJ fls. 304/315).

No presente agravo, assevera a defesa que impugnou todos os fundamentos da inadmissibilidade do recurso e que não se trata de reexame de provas. No mais, repetiu os termos trazidos no recurso especial.

O Ministério Público Federal, instado a se manifestar, opinou pelo não conhecimento do inconformismo (e-STJ fl. 385).

No que concerne ao pleito de nulidade por omissão, a Corte local, no julgamento dos embargos, consignou (e-STJ fl. 253):

(...)

*Após cotejar as alegações da parte embargante e analisando o acórdão atacado, verifico que os embargos de declaração não merecem acolhimento, pois inexistente qualquer omissão a ser suprida, contradição a ser sanada ou obscuridade a ser aclarada, consoante o disposto no artigo 619 do Código de*

*Processo Penal.*

*Na exposição de suas razões o embargante apresenta clara insurgência quanto à solução dada à questão trazida a julgamento por esta Corte. Em sendo assim, resta evidente a sua pretensão de modificação do decisum, que se infere da reedição de teses defensivas já declinadas em sede de apelação, especialmente no tocante à inexistência de indícios de autoria e materialidade, as quais restaram analisadas à sua plenitude no acórdão embargado, por unanimidade de votos.*

*O error in iudicando, por certo, não se equivale à contradição, omissão, obscuridade ou ambiguidade, recebendo tratamento distinto pelo ordenamento processual pátrio. A pretensão de revisão do julgado, com efeito, deve ser veiculada de outra forma, uma vez que os embargos de declaração não se prestam à correção do que a parte sustenta ser erro de julgamento.*

*O embargante destaca, por fim, a necessidade de prequestionamento das matérias ventiladas para fins de interposição de recursos às Cortes Superiores.*

*Ocorre que, embora se reconheça aos embargos de declaração a finalidade de prequestionamento para fins de interposição dos recursos especial ou extraordinário, é imprescindível a configuração de um dos seus pressupostos específicos de cabimento para que o recurso seja acolhido, o que não se denota na espécie.*

*Cumpre ressaltar que Julgador não está compelido a esgotar os fundamentos e artigos de lei invocados pelas partes, sendo suficiente que exponha de forma clara e precisa os argumentos de sua convicção, com a incidência das normas em que baseia sua decisão. Por consequência, o não pronunciamento sobre todos os dispositivos legais invocados pelas partes ou incidentes no caso não configura omissão no decisum.*

*Pelo exposto, voto no sentido de DESACOLHER os embargos de declaração, por não estar configurada qualquer das hipóteses do artigo 619 do Código de Processo Penal.*

Tal como asseverado pelas transcrições dos embargos de declaração ora impugnado, o Tribunal de Justiça gaúcho decidiu que não existe omissão a ser suprida, afirmando que "o embargante apresenta clara insurgência quanto à solução dada à questão trazida a julgamento por esta Corte. Em sendo

assim, resta evidente a sua pretensão de modificação do decisum, que se infere da reedição de teses defensivas já declinadas em sede de apelação, especialmente no tocante à inexistência de indícios de autoria e materialidade, as quais restaram analisadas à sua plenitude no acórdão embargado, por unanimidade de votos. "Declara, ainda, que "a pretensão de revisão do julgado, com efeito, deve ser veiculada de outra forma, uma vez que os embargos de declaração não se prestam à correção do que a parte sustenta ser erro de julgamento."(e-STJ fl. 253) Portanto, verifico que não houve omissão por parte da Corte *a quo*, mas mera irresignação no resultado do julgado, não cabendo a anulação da decisão conforme requer a defesa.

Com relação à possibilidade de absolvição por fragilidade probatória, o Tribunal local decidiu nestes termos (e-STJ fl. 212/ 225):

(...)

*Do Pleito de Absolvição*

*O exame detido dos autos permite concluir que o julgador do primeiro grau obrou de modo irretocável na sentença no exame do conjunto probatório formado no processamento da demanda.*

*Com efeito, a autoria e a materialidade dos delitos de lesão corporal por violência doméstica e de **estupro de vulnerável** restaram plenamente evidenciadas pelas provas produzidas no curso da instrução, consistentes no boletim de ocorrência policial (fls. 09/10), no auto de exame de corpo de delito (fl. 23), bem como pela prova oral coligida no feito.*

*Saliento que, em se tratando da figura típica de **estupro de vulnerável**, é irrelevante a inexistência de auto de exame de corpo de delito atestando sinais da sua ocorrência. Na hipótese, os atos violadores da dignidade sexual das ofendidas não deixaram vestígios, pois consistiam em práticas libidinosas diversas da conjunção carnal. Em razão disso, sua existência pode ser demonstrada por outros meios de prova, em especial, a palavra da vítima, já que tais condutas, por sua própria natureza, são praticadas às escondidas, sem testemunhas presenciais.*

*Os depoimentos seguros e consistentes das ofendidas, em consonância com os demais elementos de prova, tal como nos autos, adquirem especial valor probatório para a elucidação do acontecido, tornando-se suficientemente aptos a embasar um decreto condenatório.*

***As declarações das lesadas, no caso, se mostraram lineares, sem apresentar contradições que comprometessem a sua verossimilhança.***

*(...)*

***Nesse contexto, é certo que a prova dos autos, ao contrário do que sustentou a defesa em suas razões recursais, é suficiente para embasar a decisão de condenação do acusado pelos dois fatos descritos na denúncia.***

*Em interrogatório judicial, o réu negou o cometimento dos abusos sexuais, alegando que as vítimas teriam sido induzidas por Simone, a ofendida do segundo fato, que queria lhe prejudicar para poder voltar a morar na casa da mãe, que é sua companheira. Quanto ao delito de lesão corporal, aduziu que apenas usou uma cadeira para se defender de Simone, que queria atirar uma chaleira quente em si. Mencionou que o hematoma na cabeça de Simone teria sido causado pelo marido dela (mídia de fl. 78).*

***É de se destacar que a versão apresentada pelo imputado foi amplamente contrariada pela prova produzida pela acusação.***

***A ofendida do primeiro fato Vitória, ouvida em juízo, aos catorze anos de idade, declarou que os atos libidinosos aconteceram em uma única oportunidade, quando o acusado se aproximou e a abordou, encostando as mãos no seu corpo, pernas e braço, maliiciosamente, quando não havia outras pessoas por perto. Explicou que o réu era companheiro de sua avó e que o fato aconteceu na residência dele.***

*Informou que não presenciou o denunciado passando a mão em sua prima, tampouco a agressão cometida contra a sua tia Simone, mãe de Emily. Relatou que, no mesmo dia, conversou com Emily, quando ambas resolveram revelar os abusos à Simone. Afirmou desconhecer qualquer problema de relacionamento entre sua tia e o réu. Contou que sua avó estava na cozinha no momento do abuso, enquanto a lesada e o acusado estavam na sala (mídia de fl. 89).*

*A outra vítima do primeiro fato, Emily, durante sua inquirição judicial, quando tinha dez anos de idade, relatou que estava brincando com sua prima Vitória do lado de fora da residência*



do réu, momento em que começou a chover, razão pela qual ambas entraram na casa.

**Descreveu que estava sentada quando o acusado adentrou o cômodo e passou a mão em suas partes íntimas por cima da roupa. Em relação à Vitória, afirmou que o denunciado passou a mão em suas pernas. Disse que, logo após, foram até a residência de Emily e confidenciaram o ocorrido à sua mãe. Afirmou ter sido a primeira vez que aconteceu o fato (mídia de fl. 73).**

A vítima do segundo fato, Simone, genitora de Emily e tia de Vitória, confirmou a veracidade das acusações contra o réu. Descreveu que havia ido até a casa de sua mãe, onde as meninas ficaram, e a seguir retornou para a sua residência. **Cerca de meia hora depois, as ofendidas foram até a sua casa e relataram que o réu havia passado a mão nelas, na região genital por cima da roupa. Assegurou que a revelação a deixou revoltada, motivo pelo qual foi até a residência do acusado questioná-lo sobre o ocorrido. Narrou que o réu a chamou de louca e de outros nomes, sendo que ela atirou objetos na direção dele e ele jogou uma cadeira em sua cabeça. Disse que o abuso contra sua filha teria acontecido uma única vez. Afirmou que as meninas consideravam o denunciado como sendo seu avô. Aduziu que nunca se opôs à união de sua mãe com o acusado (mídia de fl. 73).**

E os relatos das vítimas do estupro estão em harmonia com o depoimento prestado por Simone em juízo. Eventuais dissonâncias trataram-se apenas de detalhes circunstanciais, não havendo entre eles inconsistências ou contradições que coloquem em dúvida a versão por elas apresentada.

**Como se vê, quanto ao estupro de vulnerável, os relatos das ofendidas, além de uníssonos e coerentes desde a fase pré-processual até a sua oitiva em juízo, encontraram amparo nos demais elementos de prova. Anoto que é cediça a extraordinária relevância probante que se confere aos relatos vitimários em delitos sexuais, normalmente praticados às escondidas. Conforme tranquilo entendimento da jurisprudência pátria, a "palavra da vítima, em sede de crime de estupro ou atentado violento ao pudor, em regra, é elemento de convicção de alta importância, levando-se em conta que estes crimes, geralmente, não há testemunhas ou deixam vestígios" (HC 135.972/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 03/11/2009, DJe 07/12/2009).**

*Igualmente, não se extraem das provas colacionadas indícios de que tenham as vítimas se equivocado ou agido com má-fé no intuito de prejudicar o acusado, circunstâncias que, fundadas em elementos concretos, serviriam para reduzir a força probante de seus relatos.*

*No ponto, destaco que a tese defensiva de que Emily e Vitória teriam sido induzidas a mentir por Simone, em razão de esta supostamente não ter aceitado o relacionamento do acusado com sua genitora, além de ser uma alegação que não restou comprovada nos autos, não se mostra elemento suficiente para mitigar a veracidade dos relatos das ofendidas, que foram sempre uníssonos e consistentes em todas as fases em que ouvidas.*

*(...)*

Na espécie, o Tribunal de origem, com base no acervo fático-probatório carreado aos autos, consistente em ***boletim de ocorrência policial (fls. 09/10), no auto de exame de corpo de delito (fl. 23), bem como pela prova oral coligida no feito***, concluiu ter o recorrente praticado o delito tipificado no art. 217-A, *caput*, do CP. Ora, rever os fundamentos adotados pela Corte de origem para absolver o agravante por falta de provas quanto ao delito de estupro de vulnerável, assim como requer a defesa, demandaria, necessariamente, amplo revolvimento de matéria fático-probatória, vedado em recurso especial, segundo óbice do enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

Nessa linha, os seguintes julgados:

***PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. CONDENAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA N. 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.***

*1. A Corte local, ao dirimir a questão, consignou que o ato comportou "reprovação menos intensa", de modo a não configurar o dolo do crime previsto no art. 217-A do Código Penal.*

*2. A pretensão do recorrente implica alterar a premissa fática adotada pelo Tribunal de origem, de que o réu, por meio dos atos descritos, teve a intenção de praticar o crime descrito na exordial, a fim de satisfazer a sua lascívia - o que não se pode assegurar com precisão neste caso. Não se trata, pois, de mera*

*reavaliação jurídica de fatos incontroversos consignados no acórdão, mas, sim, de verdadeiro reexame probatório vedado em recurso especial pelo disposto na Súmula n. 7 do STJ.*

3. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1610192/SC, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 16/04/2018).

**AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. VIOLAÇÃO DO ART. 217-A DO CP. PLEITO DE CONDENAÇÃO. ORA AGRAVADO ABSOLVIDO PELA CORTE DE ORIGEM. NÃO OCORRÊNCIA DO DELITO COM SUPORTE NAS PROVAS E FATOS COLHIDOS NA INSTRUÇÃO. REVISÃO DE ENTENDIMENTO. INVIABILIDADE. SÚMULA 7/STJ.**

*1. Tendo o Tribunal de origem concluído, diante das provas e fatos colacionados nos autos, que o réu não ofendeu o bem jurídico tutelado pelo tipo penal em questão, é inviável entender de modo diverso, dada a necessidade de revisão de elementos fático-probatórios, vedada nesta via recursal.*

2. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1708596/MS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 01/03/2018, DJe 12/03/2018).

**AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. DÚVIDA QUANTO À MATERIALIDADE. DESCLASSIFICAÇÃO DAS CONDUTAS PARA CONTRAVENÇÃO PENAL E ESTUPRO TENTADO. NECESSIDADE DE REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INCIDÊNCIA DO ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ.**

*1. Tendo a instância de origem, após a análise detida do contexto probatório dos autos, concluído de forma fundamentada que as condutas praticadas pelo agravado não se amoldam ao crime de estupro de vulnerável, desclassificando-as para contravenção penal e tentativa de estupro de vulnerável, não há que se falar em ilegalidade na decisão impugnada.*

*2. A desconstituição do julgado por suposta violação à lei federal, no intuito de abrigar o pleito de condenação do réu pelo delito do artigo 217-A, caput, do Código Penal, não encontra espaço na via eleita, porquanto seria necessário a este Sodalício aprofundado revolvimento do contexto*

*fático-probatório, providência exclusiva das instâncias ordinárias, incabível em sede de recurso especial, conforme já assentado pelo Enunciado n. 7 da Súmula desta Corte.*

*3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 1687716/SC, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 08/02/2018, DJe 07/03/2018).*

**PROCESSUAL PENAL. RECURSO ESPECIAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. ART. 217-A DO CP. ELEMENTAR DO TIPO. FATOS CONTROVERSOS. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. RECURSO NÃO CONHECIDO.**

*1. A existência de controvérsia fática em relação a uma das elementares do tipo penal impede o acolhimento da pretensão condenatória, exigindo revolvimento aprofundado da prova, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ.*

*2. Recurso especial não conhecido. (REsp 1661569/AC, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Rel. p/ Acórdão Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 16/05/2017, DJe 05/06/2017).*

Ante o exposto, reconsidero a decisão da Presidência, para **conhecer do agravo e negar provimento ao recurso especial.**

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator